

Recebimento: 20/10/2018

Aceite: 14/11/2018

Republicado com correções de autoria: 12/06/2019

DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2013

Alexandre de Souza Corrêa¹

Zelimar Soares Bidarra²

Moacir Piffer³

Resumo

O objetivo do artigo foi analisar a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul (MS) entre os anos de 2005 e 2013, mensurados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que analisa a interação dos gastos sociais públicos nos setores de trabalho e renda, saúde e educação. Os municípios foram categorizados em: *i) tendendo ao crescimento; ii) tendendo ao desenvolvimento; iii) círculo vicioso; e iv) círculo virtuoso*. Constatou-se grande desigualdade entre os municípios e que estas ficam mais evidentes naqueles localizados na faixa de fronteira internacional. Evidenciou-se também, que municípios com maiores gastos em educação e saúde apresentaram um processo virtuoso do desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Estado e Gastos Sociais.

GAPS AND MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL FROM 2005 TO 2013

Abstract

This article aims to analyze the evolution of the socioeconomic development of municipalities from Mato Grosso do Sul State (MS, Brazil) from 2005 to 2013, measured by the Firjan Index of Municipal Development (FIMD) that analyses the interaction of public social spending on work and income, health and education sectors. The municipalities were classified in: *i) trend to growth; ii) trend to development; iii) vicious circle; iv) virtuous circle*. Result showed a great gap among municipalities, enhanced on that located in international borderlines. It also revealed that municipalities with major spending on health and education presented a virtuous circle of development.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS, Brasil. E-mail: alexandrecorrea@ufgd.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Toledo, PR, Brasil. E-mail: zelimar@yahoo.com.br

³ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pesquisador do CNPQ. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo – PR, Brasil. E-mail: mopiffer@yahoo.com.br

Keywords: development; State; social spending.

Introdução

Mudanças no padrão tecnológico e produtivo iniciadas na década de 1930 no Brasil provocaram, a partir de 1970, intensas transformações na estrutura produtiva do estado de Mato Grosso do Sul (MS), cuja base interligou-se ao agronegócio e ao comércio internacional, via exportação de produtos agrícolas.

As novas configurações produtivas fomentaram a criação de um modelo de produção agrícola para obter elevada produtividade para fins de abastecer, principalmente, o mercado externo. No entanto, elementos contraditórios como a formação de grandes latifúndios e a migração desordenada da população rural para cidades trouxeram à tona os descompassos do desenvolvimento econômico no estado. Pois, mesmo com indicadores de renda e de produção elevados, os problemas na estrutura agrária, como concentração de terras e pobreza no meio rural, condicionaram um processo desigual de crescimento econômico, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Posto isso, e com vistas a poder identificar alguns desses obstáculos em uma realidade específica, o presente trabalho se propôs a estudar como se caracterizou a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios sul-mato-grossenses entre os anos de 2005 e 2013.

Com a intenção de capturar possíveis processos de mudanças, bem como identificar os efeitos de políticas públicas sobre tais processos, nos tópicos que se seguem foram discutidos os conceitos que permeiam e polarizam o debate acerca dos entendimentos de desenvolvimento e crescimento econômico, os quais são constitutivos dos debates sobre o desenvolvimento humano, costumeiramente expresso pela construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o qual serviu de referência para formulação do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), esse último foi utilizado nesse trabalho para a verificação da realidade sul-mato-grossense.

A estimação foi realizada em dois momentos: no primeiro, se apurou o comportamento do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios sul-mato-grossenses com relação à média ponderada da população de cada município. No segundo momento, realizou-se uma comparação dos municípios para com a média ponderada da população de todos os municípios brasileiros.

Para atender a finalidade deste estudo fez-se, na segunda seção, uma sucinta interpretação acerca do que constitui o desenvolvimento sob a perspectiva socioeconômica. A partir desta interpretação, a terceira seção apresenta os aspectos metodológicos que colaboraram para o entendimento da mensuração e identificação da condição de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Na quarta seção, estão apresentados os resultados da investigação que evidenciam o perfil do desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses em comparação com a média ponderada pela população estadual e nacional. Por último, dispomos as considerações finais a que se chegou com as evidências obtidas com o trabalho de estimação.

Breve debate sobre o Desenvolvimento a partir da perspectiva socioeconômica

Entre a segunda metade dos anos noventa e o início dos anos dois mil (século XXI) o debate sobre o desenvolvimento econômico ganhou um redimensionamento, para alguns estudiosos, se destacou uma abordagem com viés de análise subjacente ao Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas - ONU (Fukuda-Parr, 2003).

Para tanto, defendeu-se a reorientação do padrão de interferência do Estado que, baseado nas doutrinas keynesiana e fordista, modificou as estruturas redistributivas do orçamento público em duas frentes: i) financiamento e implantação de sistemas tributários mais equiparados; e ii) gastos em políticas sociais articulados com seguridade social e auxílio assistencial (SALVADOR, 2010). Tais mudanças tinham a finalidade de promover o crescimento econômico articulando-o, essencialmente, com a ideia de gerar desenvolvimento. Assim, os debates sobre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento se intensificaram, tendo em vista a necessidade de incorporar variáveis que demonstrassem a geração de bem-estar social, como saúde, educação, saneamento etc. (OLIVEIRA, 2002; EBERHARDT e FERRERA DE LIMA 2012).

Na abordagem do desenvolvimento humano subscrita pelo PNUD e defendida por Amartya Sen (2000), a superação do subdesenvolvimento depende de uma melhor atuação do Estado para com a ampliação de acesso aos serviços sociais. Essa atuação precisa estar conjugada com a ampliação da distribuição da renda, mediante a qual se pode alavancar o poder de compra e de investimentos de um país (FUKUDA-PARR, 2003). Sen (2000) aponta que a distribuição e a elevação da renda transformam as pessoas que estão em situação de pobreza, tornando mais digna a condição de sobrevivência. No entanto, chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento só se realiza mediante o engajamento para superação das desigualdades e das privações, um caminho para a conquista da condição de liberdade real.

Para Sen (2000) o papel constitutivo dessa liberdade deve ser o de proporcionar melhorias de condições de vida, provisionar condições para o aprimoramento das capacidades humanas, mediante o exercício da liberdade política, em condições de democracia plena. Para tanto, é preciso um papel instrumental do usufruto dos direitos, que são importantes indicadores das oportunidades que colaboram para a liberdade humana e para o desenvolvimento. Desde então, ganhou destaque o estudo e o uso de indicadores (inclusive os socioeconômicos) que possam demonstrar e permitir a comparação entre padrões de desenvolvimento humano alcançados pelas sociedades.

Haq (1995) salienta que o desenvolvimento humano não pode deixar de ser abordado em todos os sentidos, mesmo quando predominam escolhas atinentes aos modelos tradicionais do crescimento econômico, pois não se pode relegar a segundo plano a participação das pessoas nos benefícios decorrentes desse crescimento econômico. Por isso, o estudo do desenvolvimento humano é composto por quatro pontos fundamentais: i) a equidade: garantia de acesso igualitário a todas as pessoas; ii) a sustentabilidade: garantias de oportunidades para as gerações futuras; iii) a produtividade: investimentos em pessoas, no sentido de que consigam melhorar seu potencial produtivo; e iv) o empoderamento: ampliação da participação nos debates e escolhas que podem determinar as condições de vida das pessoas.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), a abordagem de desenvolvimento humano coloca o indivíduo no centro de análise do bem-estar e demonstra o quanto as escolhas focadas exclusivamente na obtenção do crescimento econômico não são capazes de gerar qualidade de vida e, muitas vezes, culminam no reforço das desigualdades.

Daí a importância da formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que possibilitou se dispor de um padrão mais universal de medição do grau de desenvolvimento humano que considera as dimensões das liberdades e das capacidades humanas, o padrão de vida saudável e a interligação entre conhecimento e dignidade (PNUD, 2013).

Apesar de o IDH possuir limitações para se compreender de forma profunda e menos estática a realidade de um país, as dimensões mensuradas auxiliam para a elucidação das possibilidades de o Estado atuar em prol da diminuição da pobreza, com vistas a promover um desenvolvimento para todas as camadas sociais. Para essa finalidade, concorda-se com Barros, Henrique e Mendonça (2001) que o crescimento da renda *per capita* é inerente ao combate de redução a pobreza, desde que o padrão para a distribuição dessa renda seja o mais igualitário possível. Para isso, deve ocorrer uma combinação de políticas públicas que estimulem o crescimento econômico e reduzam as desigualdades. Foi com essa intencionalidade que se empreendeu a investigação e a estimação de indicadores que evidenciam o caso dos municípios de Mato Grosso do Sul.

Aspectos Metodológicos

Os procedimentos adotados para a mensuração dos indicadores objetivaram verificar a evolução recente do desenvolvimento social e econômico dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul. Mediante a isso, se pôde detectar quais dentre eles se configuravam como que na condição de alto grau de pobreza, para isso se adotou como parâmetro de análise o “Informe sobre *Desarrollo Humano*”, publicado no México em 2002, (UNDP, 2002) que classificou os estados mexicanos de acordo com o seu perfil de desenvolvimento, baseando-se no valor médio de cada dimensão do Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴. A metodologia aplicada em tais estudos considera quatro classificações de desenvolvimento, sendo elas:

i) Tendendo ao Crescimento: a dimensão *IDH renda* de uma região é maior que a média nacional; ii) Tendendo ao Desenvolvimento: para esta classificação se exclui a dimensão renda, assim a região deve apresentar valores de *IDH Longevidade* e *IDH Educação/Conhecimento* acima da média nacional; iii) Círculo Vicioso: quando as três dimensões – *IDH renda*, *IDH longevidade* e *IDH Educação/Conhecimento* apresentarem valores abaixo da média de seu respectivo país; e iv) Círculo Virtuoso: neste caso, todas as dimensões do IDH devem apresentar valores acima da média. A ilustração dessa informação está sistematizada no Quadro 01 a seguir.

Quadro 01: Classificação segundo o perfil de desenvolvimento socioeconômico.

Classificação	Situação do município
Tendendo ao crescimento	IFDM-Renda > que a média
Tendendo ao desenvolvimento	IFDM-Saúde e/ou IFDM-Educação > que a média
Círculo vicioso	IFDM-Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação < que a média.
Círculo virtuoso	IFDM-Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação > que a média.

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2014) adaptado a partir do Informe sobre *Desarrollo Humano* (2002) e IFDM-FIRJAN.

Para a realização da estimação e a verificação das realidades dos municípios sul-mato-grossenses empregou-se este modelo de classificação porque seu diferencial consiste na utilização de dados públicos oficiais dos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde que se encontram reunidos e acessíveis na base de dados do Sistema Firjan, entidade responsável pela divulgação do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o qual foi elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Para o presente estudo se adaptou a observação para duas abordagens territoriais, uma análise intramunicipal, pela Média Ponderada (*MP*) da população dos municípios do estado do Mato Grosso do Sul; e a análise intermunicipal pela *MP* da população dos municípios do Brasil, conforme pode ser observado na Equação 01:

$$MP = \frac{\sum IFDM_j \times POP_j}{POP_i} \quad (01)$$

Sendo: $IFDM_j$ = Valor do Índice Firjan do Município j ; POP_j = População do Município j ; POP_i = População total da unidade territorial i .

Trabalhou-se com os dados coletados na base de dados do Sistema Firjan e que se referem aos anos de 2005 e de 2013, com o objetivo de comparar os municípios para, a partir disso, identificar a evolução do perfil dos municípios sul-mato-grossenses com maiores índices de desenvolvimento social e econômico. Também, com a finalidade de melhor compreender e analisar o comportamento das ações do Estado para o desenvolvimento dos municípios, foram coletados dados dos gastos públicos sociais da saúde e da educação dos anos de 2005 e 2013 disponíveis no sítio do portal de transparência fiscal *Compara Brasil*, que reúne informações oficiais sobre as finanças públicas.

Resultados e Discussões

Feito o emprego dos procedimentos de medição pelo Índice Firjan e utilizando-se a tipologia informada na seção da Metodologia⁵, pode-se demonstrar com a Figura 01 a mudança no padrão de desenvolvimento socioeconômico municipal, pela média⁶ dos municípios do estado, para os anos de

⁴ Raiher e Ferrera de Lima (2014) adaptaram este estudo para a Região Sul do Brasil com o mesmo propósito de identificar o perfil de desenvolvimento dos municípios que compõem a região e quais destes estão em processo de um *círculo vicioso da pobreza*.

⁵ Baseado no Informe sobre *Desarrollo Humano* publicado no México em 2002 e Raiher e Ferrera de Lima (2014).

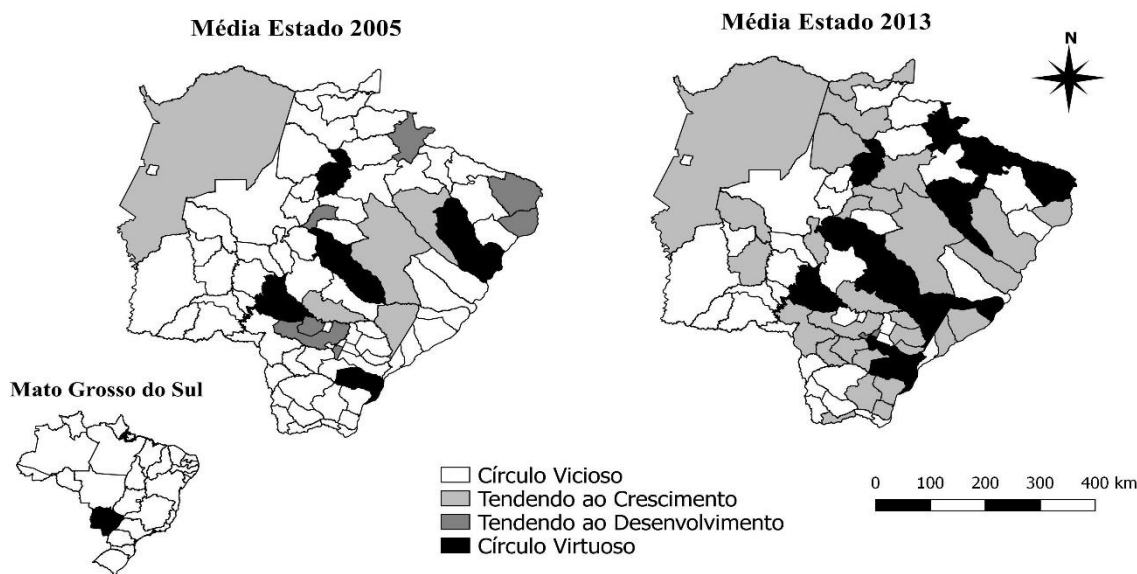
⁶ Aqui, os resultados da média estudada foram ponderados pela população de cada município para os anos de 2005 e 2013, conforme Equação 01.

2005 e de 2013, levando-se em conta as dimensões saúde, emprego/renda e educação. Mediante a apuração e a espacialização dos resultados, percebe-se um aumento expressivo de municípios “tendendo ao crescimento” de 82,76% (de 05 para 29) e daqueles em *círculo virtuoso* de 66,67% (de 05 para 15). Ao mesmo tempo, é importante salientar que houve uma queda significativa de municípios que estavam em um *círculo vicioso* em 2005, estes representaram uma redução de 82,35% para o ano de 2013 (62 para 34). Contudo, os municípios que *tendiam ao desenvolvimento* em 2005 diminuíram de 07 para apenas 01 município em 2013.

Verificou-se uma *tendência ao crescimento* em razão do aumento da renda/emprego nos municípios do estado. Todavia, o desenvolvimento depende do aumento de índices sociais de saúde e de educação, e estes não acompanharam o crescimento da renda entre os anos analisados. Isso serve para explicar a não evolução de municípios para a *tendência ao desenvolvimento*. Apesar disso, captou-se o registro de sensíveis mudanças em alguns municípios que apresentaram variáveis sociais significativas, classificados como *tendendo ao desenvolvimento* ou em *círculo virtuoso*, que somado estas duas condições, passaram de 15,19% em 2005 para 20,25% em 2013.

Considerando a média intramunicipal, vê-se que a redução de municípios que estavam no *círculo vicioso* correspondeu a uma *tendência de longo prazo*, compatível com o movimento nacional do desenvolvimento econômico. Porém, há importantes desigualdades entre os municípios quando se observa que o lado oeste do estado, em 2013, ainda se encontrava com maior número de municípios no *círculo vicioso*.

Figura 01: Desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul em relação à média estadual– 2005 e 2013.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2016).

A Figura 01 denota que boa parte dos municípios da faixa de fronteira com o Paraguai, o lado oeste do estado, permaneceu no *círculo vicioso da pobreza*. Tal constatação é importante para evidenciar a falta de investimentos do Estado para áreas de faixa de fronteira. Historicamente, se sobrepôs o interesse político e econômico das áreas litorâneas, orientadas para o Atlântico, e se manteve o afastamento dos municípios fronteiriços do centro decisório do Estado brasileiro, o que implicou em um precário desenvolvimento das regiões brasileiras Norte e Centro-Oeste (NUNES, 2013).

Pela Tabela 01 é possível verificar o comportamento da média intramunicipal quando agrupados pelas Mesorregiões definidas pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Percebe-se que a Mesorregião Leste apresentou a maior porção de municípios em *círculo virtuoso* e uma menor porção de municípios em *círculo vicioso*. Esta condição denota a realidade de municípios localizados próximo da região Sudeste que é o grande centro econômico do país.

Tabela 01: Situação de desenvolvimento socioeconômico das Mesorregiões de Mato Grosso do Sul, em relação à média intramunicipal – 2005 e 2013 (%).

Situação	Mesorregião Centro Norte		Mesorregião Sudoeste		Mesorregião Leste		Mesorregião Pantanais (Oeste)	
	2005	2013	2005	2013	2005	2013	2005	2013
Tendendo ao Crescimento	0,00	0,38	0,03	0,36	0,17	0,33	0,14	0,43
Tendendo ao Desen.	0,06	0,00	0,08	0,03	0,17	0,00	0,00	0,00
Círculo Vicioso	0,81	0,44	0,85	0,49	0,61	0,28	0,86	0,57
Círculo Virtuoso	0,13	0,19	0,05	0,13	0,06	0,39	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2016).

Por outro lado, as Mesorregiões Pantanais e Sudoeste, compostas por municípios próximos à fronteira com a Bolívia e o Paraguai⁷, demonstraram pouca mobilidade de desenvolvimento econômico-social, pois *círculos virtuosos* de desenvolvimento foram poucos constatados em municípios dessas Mesorregiões. Já a mesorregião Centro Norte, composta pela capital do estado e pela principal rota de escoamento da produção econômica (BR-163), demonstrou aspectos positivos, porém com pouca mobilidade de municípios considerados *tendendo ao desenvolvimento*.

Pela abordagem da média nacional, ou seja, intermunicipal, os dados expostos na Tabela 02 ampliam a percepção sobre o baixo desenvolvimento do lado oeste do estado, composto pelas mesorregiões Sudoeste e Pantanais, cabendo alertar para o quadro de *círculo vicioso* de 100,00% dos municípios da mesorregião Pantanais e 67,00% para o Sudoeste, as quais representam, respectivamente, 8,86% e 32,91% dos municípios do estado. Elas são regiões fronteiriças cujas atividades econômicas se baseiam em atividades primárias e terciárias, com baixa qualificação da força de trabalho.

Tabela 02: Situação de desenvolvimento socioeconômico das Mesorregiões do Mato Grosso do Sul, em relação à média nacional – 2005 e 2013 (%).

Situação	Mesorregião Centro Norte		Mesorregião Sudoeste		Mesorregião Leste		Mesorregião Pantanais (Oeste)	
	2005	2013	2005	2013	2005	2013	2005	2013
Tendendo ao Crescimento	0,13	0,13	0,05	0,21	0,11	0,28	0,14	0,00
Tendendo ao Desen.	0,13	0,06	0,08	0,03	0,22	0,11	0,00	0,00
Círculo Vicioso	0,63	0,69	0,77	0,67	0,44	0,33	0,86	1,00
Círculo Virtuoso	0,13	0,13	0,10	0,10	0,22	0,28	0,00	0,00

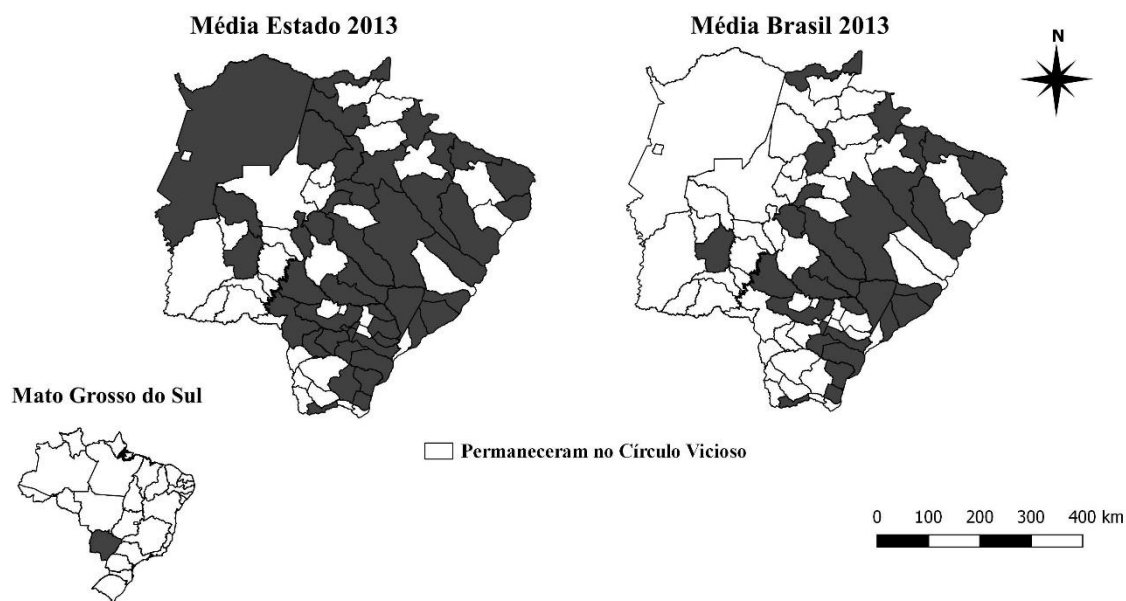
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2016).

As mesorregiões que estão mais próximas do centro dinâmico da economia brasileira apresentaram situação significativa de *círculo virtuoso* do desenvolvimento. Destaca-se a mesorregião Leste que apresenta a menor porção de municípios em situação de *círculo vicioso* da pobreza. Diante desses resultados, percebe-se que grande parte do desenvolvimento tem se dado na porção central para leste do estado, enquanto os municípios localizados ao oeste se encontram em precárias condições.

⁷Pode-se dizer que estas mesorregiões compõem o “lado Oeste” do estado.

Na Figura 02 é possível verificar os municípios que permaneceram no *círculo vicioso* em 2013. Pela média intramunicipal, entre os municípios do estado, percebe-se que as desigualdades estão disseminadas, pois abrangem municípios das porções leste, oeste, sul e norte caracterizando-os com em *círculo vicioso* da pobreza. Evidencia-se certa padronização na fronteira internacional do estado, em que apenas municípios com maiores densidades populacionais e de renda conseguiram se sobressair aos demais⁸.

Figura 02: Mato Grosso do Sul: municípios no círculo vicioso – em 2013.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do PNUD (2016).

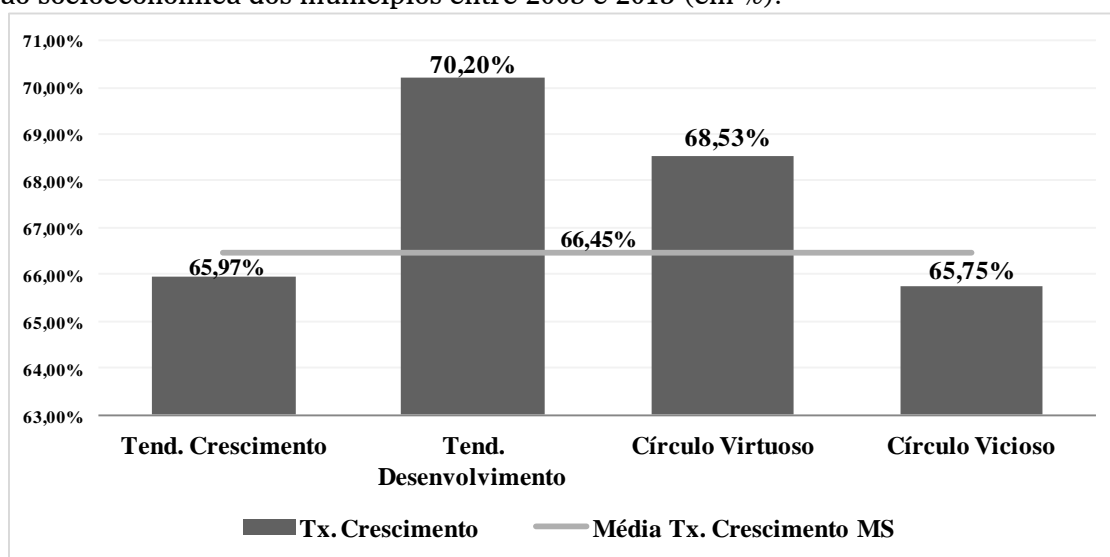
Observados os resultados que relacionam a média nacional dos municípios brasileiros, o estado apresenta um grande número de municípios que se encontra no *círculo vicioso*, ficando evidente a concentração de um subdesenvolvimento na região oeste do estado. Para compreender tal situação, e com vistas a reverter esse cenário, é fundamental considerar a histórica lacuna de investimentos da parte do Estado brasileiro e do setor privado. O reconhecimento desse fato pode ser tomado como um campo fecundo de oportunidades para políticas públicas específicas que vislumbrem alternativas para maior homogeneização do desenvolvimento socioeconômico dos municípios no estado de Mato Grosso do Sul.

Em 2009, no contexto da disseminação das ações previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)/2007, o governo federal reconheceu o baixo desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira sul-americana e a partir do, então, Ministério da Integração Nacional (MIN) passou a implantar ações do Programa do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). Contudo, o baixo índice de execução orçamentária, a necessidade de recursos humanos e a pouca articulação de parlamentares para o estudo de emendas constitucionais travaram todo o processo (MIN, 2010) e poucas foram as alterações em tais realidades. Na Figura 03 é apresentada a taxa de crescimento dos gastos em educação e saúde⁹ dos municípios sul-mato-grossenses para com a tipologia adotada.

⁸ Como é o caso de Corumbá e Ponta Porã.

⁹ Mensurou-se principalmente estes gastos devido ao fato de eles representarem mais 50% das despesas públicas dos municípios.

Figura 03: Mato Grosso do Sul: taxa de crescimento dos gastos sociais (saúde e educação) para situação socioeconômica dos municípios entre 2005 e 2013 (em %).



Fonte: Compara Brasil (2016) - elaborado com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em geral, a média da taxa de crescimento dos municípios apresentou 66,45% de crescimento entre os anos de 2005 e 2013. Os municípios que *tendem ao desenvolvimento* ou estão em *círculo virtuoso* confirmam que a participação do Estado se torna importante para os desdobramentos do desenvolvimento, pois tais municípios apresentaram taxas de crescimento nos gastos sociais acima da média, ao longo dos 8 anos da análise. O mesmo não ocorreu com municípios que *tenderam ao crescimento* ou estavam em *círculo vicioso*, os quais apresentaram crescimento abaixo da média do estado, 65,97% e 65,75% respectivamente.

Estes aspectos ratificam a importância do papel do Estado para o desenvolvimento econômico e social, seja ele local, regional ou nacional. Evidentemente que uma análise minuciosa é necessária para compreender a eficiência nos gastos públicos para promover tais resultados, assim como para esclarecer as discrepâncias entre municípios que possuem crescimentos de gastos acima da média estadual, mas não conseguiram sair do *círculo vicioso* da pobreza. Dado esse contexto, parece pertinente a ideia de que para romper um *círculo vicioso* ou de *subdesenvolvimento* são necessárias atuações direcionadas do Estado, nas lacunas existentes, e que indiquem oportunidades para uma nova configuração de um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado.

Considerações Finais

O objetivo do artigo foi o de demonstrar uma análise sobre a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul (MS) entre 2005 e 2013, mensurados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Procedeu-se uma análise comparativa do comportamento do IFDM considerando a situação dos municípios pela média ponderada da população que compõem o MS e, posteriormente da população que compõem os municípios brasileiros.

Nos resultados encontrados, os municípios considerados em *círculo vicioso* em 2005 tenderam a diminuir esta situação no ano de 2013 em relação à média intramunicipal, pois dos 78,48% dos municípios nesta condição em 2005 caiu para 43,03% em 2013. Pela média intermunicipal, a condição se estagnou na maior parte dos municípios, uma vez que dos 67,08% caiu apenas para 62,02%.

Fato preocupante detectado pela investigação foi que a região oeste do estado, composta por municípios que fazem fronteira com a Bolívia e Paraguai, apresentou situação predominante de *círculo vicioso* da pobreza, representando 41,77% dos municípios do estado pela média nacional. Isto denuncia a falta de políticas públicas específicas para regiões fronteiriças, que tendem a terem processos econômicos e sociais particularizados.

Com relação ao processo de *desenvolvimento, virtuoso*, os municípios do estado tenderam a manter o mesmo ritmo. As características detectadas vão ao encontro das constatações teóricas sobre o desenvolvimento dos *círculos vicioso e virtuoso*, segundo as quais a pobreza tende a gerar pobreza e locais desenvolvidos tende a permanecerem desenvolvidos. Para a realidade observada, os municípios avançaram mais na *tendência ao crescimento* da renda do que para o desenvolvimento.

Ainda que se possa observar o aumento da taxa de crescimento dos gastos sociais em saúde e em educação, com uma taxa média de 66,45%, apurou-se que menos da metade (49,37%) dos municípios despenderam gastos acima da média entre os oito anos do período analisado (2005-2013). Isto se refletiu nos municípios classificados como tendendo ao crescimento e em *círculo vicioso*, pois apresentaram média de crescimento nos gastos sociais abaixo da média estadual.

É importante destacar que existem outros aspectos que podem influenciar no desenvolvimento socioeconômico dos municípios e que não foram observados especificamente neste trabalho, como por exemplo, as políticas que influenciam diretamente nas condições de reestruturações produtivas, provocando mudanças nas bases sociais e econômicas. Logo, a ampliação deste tipo de estudo se justifica na medida em que pode auxiliar na elucidação de características que influenciam as condições de crescimento e/ou desenvolvimento.

Referências

- BARROS, R. P.; HENRIQUE, R.; MEDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2001. (Texto para Discussão, 800).
- EBERHARDT, P. H. C.; FERRERA DE LIMA, J. Evolução e estágio do desenvolvimento econômico regional: o caso das regiões do Paraná. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 1, p. 189-203, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/197/283>>. Acesso em Out. de 2016.
- FUKUDA-PARR, Sakiko. The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas On Capabilities. **Feminist Economics**, v. 09 (2 – 3), p. 301-317, 2003.
- HAQ, Mahbub Ul. **Reflections on human development**. New York: Oxford University Press, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em setembro de 2016.
- ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 10 Set. 2016.
- LIMA, M. C. O Brasil na segunda década do século XXI: desafios, mudanças e novas questões. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 345-354, jul.-dez. 2011.
- OLIVEIRA, G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicacoes/revista.asp>>. Acesso em 10 Out. 2016.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/dr/faixa_de_frenteira/index.html#1>
- MYRDAL, G. **Teoría económica y regiones subdesarrolladas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- NUNES, M. A. **Contrastes e convergências socioterritoriais na faixa de fronteira internacional oeste brasileira: impactos das políticas contemporâneas**. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista UNESP. Rio Claro/SP, 2013.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso 10 Set. 2016.

RAIHER, A.P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento Humano Municipal no Sul do Brasil: evolução recente e círculo vicioso da pobreza. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*. Maringá, vol. 36, nº 02, p. 147-154, 2014.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SEN, A. K. (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

UNITED NATIONS OF DEVELOPMENT PROGRAM (PNUD). INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO. **La dinámica del desarrollo humano regional**. 2002. Disponível em: <http://www.centrodesarrollohumano.org/pmb/opac_css/index.php?lvl=notice_display&id=57>. Acesso em 10 Set. 2016.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.